



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/12/2013
(Contém folhas)

ATA Nº 07

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 09/12/2013

ATA Nº 07

----- Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olimpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência à reunião extraordinária do dia 02 de dezembro de 2013, do Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias, por se encontrar em gozo de licença de férias; da Sr^a Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por se encontrar em representação do Município num evento na Universidade Católica de Lisboa; do Sr. Vereador Carlos Manuel Nunes Alegre, por motivos de assistência na saúde a um familiar. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 25 de novembro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

----- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 06 de dezembro de 2013, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 781.245,67 € (setecentos e oitenta e um mil duzentos e quarenta e cinco euros e sessenta e sete centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 292.716,65 € (duzentos e noventa e dois mil setecentos e dezasseis euros e sessenta e cinco centavos), num total de: 1.085.033,95 €.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- TOLERÂNCIA DE PONTO -----

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, atendendo à importância que as festividades da época natalícia assumem para a população do concelho e dando continuidade à prática seguida em anos anteriores, irá proferir um despacho, concedendo tolerância de ponto aos trabalhadores da autarquia no dia 24 e 31 de dezembro.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, o Município de Pampilhosa da Serra foi contemplado com a atribuição do 3º lugar, na lista dos municípios com melhores condições para estudar. O evento teve lugar em Lisboa, no auditório Cardeal de Medeiros, na Universidade Católica, no passado dia 02 de dezembro, no qual esteve presente a Senhora Vereadora Alexandra Tomé, que detém o pelouro da Educação, em representação do Município. -----

----- Considera que este prémio é o reconhecimento pelo esforço que o município faz, bem como o trabalho dos professores, para o sucesso do ensino na Pampilhosa. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Que, pretende dar os parabéns ao Sr. Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, pela excelente jornada das comemorações do 44º aniversário daquela instituição, realizada no dia 07 de dezembro. Ficou patente na cerimónia realizada, que a corporação está muito bem formada e bem equipada e conta com um corpo de comando e um corpo ativo de excelência, que a todos nos orgulha. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi dito, que esteve presente numa reunião ocorrida na Administração Regional de Saúde do Centro, em Coimbra, no dia 26 de novembro do corrente ano, com a presença da Drª Isabel Damasceno, representante da CCDRC e do Sr. Presidente da ARS Centro, no âmbito da construção do novo Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra. -----

----- Na referida reunião ficou acordado entre o Município e a ARS Centro, que seria o Município a liderar o processo de construção do referido edifício, incluindo projeto e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Colaboração entre as duas entidades. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Protocolo entre a ARS Centro e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

----- Fruto da explanação feita pelo Sr. Vice-Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dar poderes ao Sr. Presidente para assinar o referido Protocolo. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2013

----- Foi presente a 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano - 2013, em que constam os seguintes valores: -----

----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 67.000,00 € e na despesa de diminuições/anulações 67.000,00 €; -----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 45.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submete-los à Assembleia Municipal nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014

----- Foi presente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2014, no valor de 11.109.375,00 € e 6.696.000,00 €, respetivamente. -----

----- Após análise dos documentos, foram postos à votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado submeter os documentos em apreço à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 – GRAND FONDO SKY ROADS ALDEIAS DO XISTO

- Minuta de Protocolo de Parceria

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Parceria, a celebrar entre a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e os Municípios de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande, no âmbito do Evento GRAND FONDO SKY ROADS ALDEIAS DO XISTO. -----

----- Este Protocolo de Parceria tem por objeto a realização de uma grande ação de cicloturismo, denominada Sky Roads Aldeias do Xisto, que envolva a área territorial dos Municípios de Castanheira de Pêra, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande, e que sirva de âncora ao uso sustentável das diversas infraestruturas turísticas existentes. -----

----- O total da despesa protocolada para a divulgação e promoção do evento é de 3.359,00€ (três mil trezentos e cinquenta e nove euros), cabendo a cada município integrante a comparticipação de 670,00€ (seiscentos e setenta euros). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta do Protocolo de Parceria e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 – Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando o disposto nos documentos que estabelecem as Normas de Utilização e Arrendamento das frações que constituem os dois Pavilhões, sítios na Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra, aprovados em reunião do Executivo Camarário de 31/10/2006, e posteriormente alterado em 14/08/2007 (I Pavilhão) e em reunião ordinária do Executivo Camarário de 25/10/2011 (relativamente ao II Pavilhão); -----

----- Considerando que as condições de concessão do arrendamento das seis frações que constituem aqueles dois pavilhões visam, primordialmente, apoiar e incentivar o investimento empresarial, o desenvolvimento económico do Concelho e, consequentemente, a criação de emprego e fixação de população; -----

----- Considerando que o País, ainda está a passar por um período de dificuldades económico-financeiras e que por força destas circunstâncias, as empresas, quer a nível nacional, quer a nível concelhio continuam a necessitar de apoio reforçado para que não ocorram mais encerramentos e, consequentemente, não conduzam a um aumento de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

desemprego. -----

----- Tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra, no âmbito das suas atribuições e competências, administrando um território dos mais desertificados e pobres do país, deverá continuar a apoiar as iniciativas privadas, que dão um enorme contributo ao desenvolvimento económico e financeiro do Concelho, através da criação de mais postos de trabalho ou, quando muito, à manutenção dos postos de trabalho existentes, visando a prossecução dos objetivos que estiveram inerentes à elaboração e aprovação dos documentos que estabelecem as Normas de Utilização e Arrendamento das frações que constituem os dois Pavilhões, sitos na Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra; -----

----- À semelhança dos anos anteriores, **proponho que seja suspensa a eficácia do número 2 da Cláusula Quinta dos documentos acima mencionados:** -----

"Cláusula Quinta

(Montante da Renda e Atualização)

----- Um - O arrendatário pagará uma renda mensal de 0,75 € (setenta e cinco centimos) por m2 de área arrendada. -----

----- Dois - Para efeitos do disposto no número anterior a renda será anualmente atualizada de acordo com o coeficiente de atualização legal aplicável aos arrendamentos comerciais". -----

----- e consequentemente o nº 2 da cláusula quinta dos contratos de arrendamento, celebrados entre este Município e as empresas instaladas nas referidas frações, que diz respeito à atualização anual da renda de acordo com o coeficiente de atualização vigente, **pelo período de um ano, contado a partir do mês da data de vencimento da anuidade do coeficiente de atualização (considerando a data aniversária dos contratos).** -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 - Suspensão da eficácia da Cláusula 17ª (Cláusula Penal) dos documentos que estabelecem as Normas de Utilização e Arrendamento das frações que constituem os dois Pavilhões, sitos na Zona Industrial do Alto das Aldeias

- Proposta do Sr. Presidente

----- Apesar de a atual conjuntura económico-financeira estar em lenta recuperação, continuamos inseridos num período de austeridade, o que significa que as empresas ainda permanecem num quadro de dificuldades financeiras. -----

----- Tendo em conta que a maioria das empresas a nível nacional, situam-se no limiar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

do encerramento, por não terem suporte e capacidade de sustentabilidade económica de, por si só, manterem a sua atividade laboral; continuam, por isso, a necessitar de apoios e Incentivos ao investimento empresarial, sem que tenham qualquer tipo de penalização. --

----- Atenta a realidade sócio económica do concelho de Pampilhosa da Serra e que, malogradamente, a situação económica das empresas em laboração no concelho não melhorou em relação a anos anteriores, não permitindo a contratação de novos trabalhadores e, muitas vezes levando, até, à dispensa de outros, proponho que, à semelhança do que foi deliberado em anos anteriores, se mantenha a suspensão da eficácia da cláusula 17ª (Cláusula Penal) do documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações que constituem o I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e, conseqüentemente se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele documento, de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014. -----

----- Pelos mesmos motivos, proponho ainda a suspensão da eficácia da cláusula 17ª (Cláusula Penal), do documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações que constituem o II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e, conseqüentemente se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele documento, de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014. -----

----- Referindo a dita Cláusula 17ª que: -----

----- “1 – Seis meses após a celebração dos respetivos contratos de arrendamento, a Câmara Municipal solicitará aos arrendatários cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores, a fim de verificar o cumprimento da candidatura apresentada, no que à criação de novos postos de trabalho respeita. -----

----- 2 – O não cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, para efeitos dos números 1 e 2 da cláusula décima quarta, implicará a aplicação de uma penalização em função dos postos de trabalho não efetivamente criados e constantes da candidatura, tendo em conta o seguinte: -----

----- 2.1 – Por um posto de trabalho não efetivamente criado – aplicação de penalização mensal de 50% sobre o valor inicial da renda mensal. -----

----- 2.2 – Por dois postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 60% sobre o resultado do valor referido em 2.1. -----

----- 2.3 – Por três ou mais postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 1200% sobre o resultado do valor referido em 2.2. -----

----- 3 – A aplicação das penalizações referidas no nº anterior cessa assim que se verifique o cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, devendo os arrendatários remeter à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores. -----

----- 4 – Para verificação do cumprimento e manutenção da proposta de candidatura, a Câmara



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Municipal poderá solicitar aos arrendatários, a todo o tempo, quaisquer elementos comprovativos da manutenção da situação jurídico-laboral em causa". -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 - Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

----- Foi presente a minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, que tem por objeto a concessão de apoio financeiro no valor de 8.490,00 [oito mil quatrocentos e noventa euros) destinado a compartilhar as despesas decorrentes da implementação da campanha de marketing direto dos bens e serviços turísticos do concelho de Pampilhosa da Serra, através da campanha "Escapadinhas Aldeias do Xisto" e dos eventos com ela relacionados, durante o ano de 2013. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração em apreço e, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou, conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.5 - Alteração ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional (ADESA)

- Proposta do Sr. Presidente

----- No decurso da execução de ações preconizadas no Plano de Ação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios (PMDCI) de Pampilhosa da Serra (Rede Viária - Manutenção, em todas as freguesias do concelho) e dos trabalhos a elas inerentes, consignados no Protocolo estabelecido entre o Município de Pampilhosa da Serra e Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional em 2013, atenta deliberação tomada em reunião de Câmara de 29/01/2013, revelou-se necessário que aquela associação reforçasse o apoio que tem vindo a prestar ao Município, na execução do Plano de Ação do PMDCI, ao nível da regularização da plataforma de acesso, retificação do traçado da rede viária florestal, a fim de suavizar curvas ou excesso de inclinação, limpeza e manutenção da mesma, construção ou beneficiação de valetas, realização de ações de correção torrencial na rede viária florestal, até ao final do corrente ano civil. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, proponho que, conseqüentemente, seja reforçado o apoio financeiro àquela associação em 25.000,00 €, o qual se destinará a suportar os encargos previstos naquele Protocolo, que englobam recursos técnicos/equipamentos (com especial relevância para as máquinas: D6, motoniveladora, tratar corta sebes) e humanos e outros recursos conexos tendentes à sua cabal execução. -----

----- Para tal, propõe-se que o citado Protocolo de Colaboração seja alterado, mediante documento escrito assinado pelos representantes legais das Partes, que constituirá sua adenda, e cuja minuta se submete a aprovação do Órgão Executivo Camarário. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a Adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.6 - Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e Comissão de Melhoramentos de Meãs

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Comissão de Melhoramentos de Meãs, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), que esta afetará à construção de um Pavilhão polivalente, destinado à realização de atividades culturais, recreativas e lúdicas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.3.1 - Sinistro Automóvel 08/01/2013 - Viatura 81-68-SZ - Peça de Iluminação de Natal

- José Gonçalves Martins - Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma carta de José Gonçalves Martins, residente na Urbanização Quinta de S. Martinho, 3320-206 Pampilhosa da Serra, datada de 05/09/2013, em que expõe os factos ocorridos em 08/01/2013 com a sua viatura 81-68-SZ, que se encontrava



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

estacionada na Rua Rangel de Lima, em Pampilhosa da Serra, de que resultaram danos materiais. -----

----- De acordo com o processo de averiguações efetuado pela Companhia de Seguros, apurou-se que a responsabilidade do sinistro não pode ser imputada ao condutor da viatura e sim ao Município de Pampilhosa da Serra, relativamente às causas do acidente.

----- A reparação da viatura, após peritagem efetuada pela Companhia de Seguros é no valor de 524,62 €, de que o Sr. José Gonçalves Martins pretende ser ressarcido. -----

----- Junta em anexo os documentos que instruem o processo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade pagar o prejuízo à pessoa lesada. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3- DIVISÃO DE TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS - GABINETE DE PROJETO

3.1.1 - GRZ - Grande Roda do Zêzere

- Pedido de reembolso de despesas

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Projeto, do seguinte teor: -----

----- Conforme é do conhecimento de V. Exa., foi aprovada no âmbito do QREN/Maiscentro, incluída no PROVERE - "Rede das Aldeias do Xisto" a operação "Grande Rota do Zêzere" cuja entidade beneficiária é a ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, de acordo com o contrato anexo e protocolo subscrito pelos Municípios aderentes.-----

----- Tendo em vista a execução do projeto, foi constituído um Agrupamento de 10 Municípios, sendo o Município de Figueiró dos Vinhos o líder e dono de obra do mesmo, de acordo com o protocolo oportunamente estabelecido.-----

----- A ADXTUR procedeu nos últimos meses a uma reprogramação financeira e temporal dos projetos conjuntos aprovados no Mais Centro, via PROVERE Aldeias do Xisto.-----

----- Aprovadas as propostas de reprogramação, foi o Município de Pampilhosa da Serra informado da notificação de decisão, conforme documento que se anexa à presente informação.-----

----- Esta ação detém agora uma taxa de financiamento de 85%.-----

----- Deste modo, estando o projeto em execução, encontra-se em anexo o(s) documento(s) de despesa respetivos, referentes ao **auto n.º 32** cujo valor total é de **8.621,24 euros** e cujos originais são incluídos no respetivo Pedido de Reembolso.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Deverá o Município de Pampilhosa da Serra remeter ao Município de Figueiró dos Vinhos o valor de **1.293,19 euros**, correspondente a 15% do valor da fatura, isto é, do investimento realizado no concelho e validado pelos Técnicos municipais, deduzido o montante de comparticipação a remeter pelo Maiscentro (85%, isto é, **7.328,05 euros**), no seguimento da reprogramação financeira atrás mencionada.-----

----- Após deslocação ao local da obra no mês de Novembro de 2013, verificou-se que os trabalhos descritos no auto de medição nº32 (1º auto, referente aos trabalhos no Município de Pampilhosa da Serra no mês de outubro), anexo à presente informação, se encontram executados.--

Auto nº32 -8133,24 €

A Somar - 6% I.V.A. - 488,00 €

Total do Auto nº32 - 8621,24 €

Valor a pagar - Câmara Municipal (15% do valor da fatura): 1293,19 €

(mil, duzentos e noventa e três euros e dezanove centimos)

----- Para o efeito deve ser efetuada a respetiva transferência bancária para a conta NIB 0035 0324 00001685030 84, conforme documento anexo.-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.2.1 - Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I. de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Construção de Edifício de Armazéns _ Z.I de Pampilhosa da Serra", a firma Argoconstrutora, Construção Civil, Lda, apresentou em 05 de novembro um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto.--

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 19 de novembro de 2013 pelas 10 horas no local da empreitada,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

com a presença do representante do adjudicatário, Engº Valter Filipe Rodrigues Marques. -----
----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencado um conjunto de anomalias / deficiências. -----
----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não sendo possível liberar qualquer garantia relativa à empreitada em epígrafe. -----
----- À consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere_Arruamentos Exteriores_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- “Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere_Arruamentos Exteriores”, a firma A.M. Cacho & Brás, Lda, apresentou em 05/11/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----
----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto. -----
----- Nos termos e para os efeitos no nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 19 de novembro de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Sr. Arcindo Martins Cacho. -----
----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----
----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 60% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----
----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
----- 1) Garantia bancária nº 962300488008621, no valor de 8.394,95 € (oito mil trezentos e noventa e quatro euros e noventa e cinco centavos), emitida em 18/05/2012 pelo Banco Santander Totta, S.A, correspondente a 10% do valor total da adjudicação; -----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se: -----
----- a) Redução do montante da garantia bancária nº 962300488008621 emitida em 18/05/2012



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

pelo Banco Santander Totta, S.A., de 8.394,95 € para 3.357,98 €; -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Prestação de caução_E.P - Estradas de Portugal, S.A

Empreitada: Execução de Conduta Adutora _ Z.I. Pampilhosa da Serra

----- Foi apresentada uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração a empreitada em epígrafe e o pedido de licenciamento efetuado junto da EP - Estradas de Portugal, S.A., esta, através da comunicação datada de 28/11/2013 com a refª SGL 10218CBR131010 e nº de saída EP-SAI/2013/89941, enviou as condições de aprovação e o contrato a assinar. -----

----- Na referida comunicação, é referida a obrigatoriedade de prestar uma caução no montante de 2.037,00 € (dois mil e trinta e sete euros), nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 12º do Decreto Lei nº 13/71 de 23 de janeiro. -----

----- A caução poderá revestir a forma de depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução e terá uma duração mínima de 5 anos, sendo cancelada após a verificação da não existência de anomalias, passado o citado prazo de 5 anos. -----

----- Assim e atento o atrás exposto, deverá ser prestada a citada caução a favor da EP- Estradas de Portugal, S.A., com sede em Praça da Portagem 2809-013 Almada, contribuinte nº 504 598 686, sob a forma que o Município julgar mais adequada. -----

----- De igual modo se entende que devem ser dados poderes ao Sr. Presidente para proceder à assinatura do contrato em representação do Município. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade que a citada caução seja paga em dinheiro. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o respetivo contrato, em representação do Município. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1- GABINETE FLORESTAL E AGRICULTURA

4.1.1 - Concurso para alienação de lote de lenha do Município



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----
----- “ À semelhança do ano anterior o Município de Pampilhosa da Serra retirou da sua propriedade, situada no Casal da Lapa, madeira de pinho proveniente do abate de pinhal adulto contaminado pelo nematode. Pelo que, se propõe a sua alienação. As condições da alienação seriam idênticas às propostas no concurso de 2012. À consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, nos termos seguintes: -----
----- Que a referida alienação seja feita através de propostas em carta fechada, até ao dia (data a designar) e obedecer aos seguintes requisitos: -----
----- 1. O custo do transporte da lenha será por conta do comprador; -----
----- 2. A Proposta deve conter o valor oferecido pela totalidade da lenha, indicando esse por extenso; -----
----- 3. As propostas deverão ser apresentadas em envelope fechado, identificando no exterior o nome do concorrente/funcionário, o concurso a que se destina (“Concurso para alienação de Lenha - dezembro 2013”) e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; -----
----- 4. As propostas deverão dar entrada na Câmara Municipal até às 12h30 do dia (data a designar), no caso de entrega em mão, deverão ser entregues na secretária; -----
----- 5. A abertura das propostas será realizada no dia (data a designar), pelas 15h00; -----
----- 6. O valor mínimo é de (a designar); -----
----- A proposta vencedora será aquela que apresentar o maior valor. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 .DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - AÇÃO SOCIAL

5.1.1 - Residência de Estudantes

Comparticipação económica do Município nas mensalidades dos estudantes

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----
----- “ De acordo com a participação económica deste Município nas mensalidades dos alunos integrados na Residência de Estudantes, vimos por este meio, tendo em conta a existência de dois agregados a quem não foi atribuído escalão de segurança social, propor que o município apoie em 30% do valor da mensalidade. -----
----- De referir que a primeira proposta levada a reunião de câmara do dia 21 de outubro de 2013 foi de apoiar em 15% os alunos sem atribuição de escalão. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- No entanto, tendo em conta a situação sócio-económica dos agregados que se encontram nesta situação, propõe-se a presente alteração, conforme quadro seguinte: -----

----- À consideração superior." -----

Escalão	Total	Família (%/€)		Autarquia (%/€)	
A	41,92 €	20%	8,38 €	80%	33,54 €
B	83,84 €	25%	20,96 €	75%	62,88 €
C	146,73 €	45%	65,70 €	65%	95,37 €
Sem escalão	209,61 €	70%	146,73 €	30%	62,88 €

NOME DO ALUNO	RESIDÊNCIA	ESCALÃO DE SUBSÍDIO	MENS.	MUNICÍPIO	ENC. EDUCAÇÃO
David Antunes Gonçalves	Janeiro de Cima	B	83,84 €	62,88 €	20,96 €
Paulo Jorge de Oliveira e Costa	Janeiro de Cima	A	41,92 €	33,54 €	8,38 €
Rui Miguel Nunes Ferreira	Sobral de Baixo	A	41,92 €	33,54 €	8,38 €
Diogo Miguel G. de Carvalho	Damaia	A	41,92 €	33,54 €	8,38 €
Mikael Moreira Dias	Meãs	---	209,61 €	62,88 €	146,73 €
Tiago Almeida Moniz	Unhais-o-Velho	---	209,61 €	62,88 €	146,73 €
João Carlos Gaspar	Unhais-o-Velho	C	146,73 €	95,38 €	51,35 €
Micaela Filipe Simões Almeida	Vale Grande	B	83,84 €	62,88 €	20,96 €
TOTAL MENSAL A APOIAR				447,52 €	411,87 €
TOTAL ANUAL (10 MESES)				4475,20 €	4118,70 €

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Reabilitação de habitação em Trinhão

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No âmbito do acompanhamento social que vindo sendo efetuado a um agregado familiar residente no Trinhão, constituído por um casal (D. Maria Helena Jesus Cardoso e Narciso Manuel



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

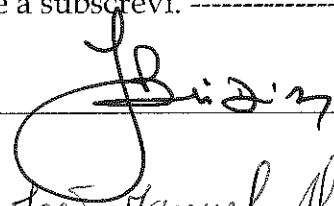
Angelino Rodrigues), venho por este meio e tendo em conta a reabilitação habitacional para construção e um quarto com condições de salubridade e que permita a colocação da cama articulada da munícipe, propõe-se o apoio na cedência de materiais conforme listagem apresentada pelos próprios, no valor de 1540,92€, ficando a mão de obra a cargo do cônjuge masculino. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, que a subscrevi. -----



João Manuel Almeida Neves